

# Boletim Geocorrente

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

ISSN: 2446-7014 • Número 49



CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS  
DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

## BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal vinculada ao Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Marinha. O NAC possui o objetivo de acompanhar a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de ampliar o conhecimento por meio da elaboração deste boletim, além de outros produtos que porventura venham a ser demandados pelo Estado-Maior da Armada.

Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como, seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos curtos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ainda, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”, voltada a artigos que abordam assuntos não relacionados, especificamente, a uma das regiões supracitadas.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do CEPE e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (*blind peer review*). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: [geo.corrente@yahoo.com.br](mailto:geo.corrente@yahoo.com.br).

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

## CONSELHO EDITORIAL

### Editor Responsável

*Leonardo Faria de Mattos (EGN)*

### Editor Científico

*Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)*

### Editores Adjuntos

*Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)*

*Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)*

*Noele de Freitas Peigo (FACAMP)*

## Pesquisadores do Núcleo de Avaliação da Conjuntura

*Adriana Escosteguy Medronho (PUC - Rio)*

*André Figueiredo Nunes (ECEME)*

*Ariane Dinalli Francisco (Universität Osnabrück)*

*Beatriz Mendes Garcia Ferreira (UFRJ)*

*Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)*

*Catharine Simões Lopes (UERJ)*

*Daniel Santos Kosinski (UFRJ)*

*Dominique Marques de Souza (UFRJ)*

*Ely Pereira da Silva Júnior (UERJ)*

*Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)*

*Gabriela Mendes Cardim (UFRJ)*

*Gabriela da Conceição Ribeiro da Costa (UERJ)*

*Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)*

*Giulianna Bessa Reis Anveres (PUC - Rio)*

*Jéssica Pires Barbosa Barreto (UERJ)*

*João Victor Marques Cardoso (UFF)*

*José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)*

*Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)*

*Larissa Marques da Costa (UFRJ)*

*Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Luma Teixeira Dias (UFRJ)*

*Marcelle Siqueira Santos (UERJ)*

*Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)*

*Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)*

*Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)*

*Pedro Emiliano Kilson Ferreira (UFF)*

*Pedro Mendes Martins (UERJ)*

*Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)*

*Rebeca Vitória Alves Leite (UFRJ)*

*Stefany Lucchesi Simões (UNESP)*

*Taynara Rodrigues Custódio (UFRJ)*

*Thais Abygaëlle Dedeo (UFRJ)*

*Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)*

*Vinicius de Almeida Costa (EGN)*

*Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)*

*Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)*

*Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha.*

## SUMÁRIO

- |  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Eleições no Equador (Pág.2)</i></li><li>• <i>Venezuela face à administração Trump (Pág. 2)</i></li><li>• <i>Donald Trump e a Força Nuclear Estadunidense (Pág. 3)</i></li><li>• <i>Pós Apartheid: África do Sul para sul africanos (Pág.3)</i></li><li>• <i>Setor energético da Nigéria: síndrome petroleira e perspectivas para diversificação econômica (Pág.4)</i></li><li>• <i>Putin visita a Hungria, seu principal aliado na Europa Central (Pág.4)</i></li><li>• <i>Holanda: eleições e um futuro Next? (Pág. 5)</i></li><li>• <i>54ª Conferência de Segurança de Munique (Pág. 5)</i></li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Egito e Arábia Saudita: o petróleo como recurso de poder (Pág. 6)</i></li><li>• <i>Arksakh, a mais nova República do Mundo (Pág. 6)</i></li><li>• <i>Paquistão: Exercício Naval Multinacional e os propósitos geopolíticos (Pág. 7)</i></li><li>• <i>Estado Islâmico faz sua primeira ameaça à China (Pág. 7)</i></li><li>• <i>Vulnerabilidades e riscos da política doméstica do Governo Abe (Pág.8)</i></li><li>• <i>Estratégia chinesa no Mar do Sul da China: ocupação por civis (Pág. 8)</i></li><li>• <i>Turquia prestes a construir sua primeira base na Antártica (Pág. 9)</i></li><li>• <i>A Estratégia Internacional chinesa para Cooperação no Ciberespaço (Pág. 9)</i></li><li>• <i>Artigos selecionados e notícias de Defesa (Pag. 10)</i></li></ul> |
|--|--|

## ***Eleições no Equador***

Por *Beatriz Mendes*

No dia 19 de fevereiro ocorreram eleições presidenciais no Equador. Lenín Moreno (39,3%) e Guillermo Lasso (28,1%) se enfrentarão no segundo turno, que ocorrerá no dia 02 de abril. As eleições se dão em meio a um contexto de significativas decisões e mudanças pelas quais a região deve passar em 2017.

Lenín Moreno, candidato pela Aliança País, espera chegar à presidência com um projeto de continuidade em relação aos mandatos de Rafael Correa (2007-2017) e aposta na melhoria da produtividade e competitividade da indústria equatoriana. O empresário e ex-banqueiro Guillermo Lasso, da legenda CREO (*Creando Oportunidades*), pretende fortalecer as relações do Equador com grandes mercados, como China, Índia e Japão, além de buscar sua entrada na Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Peru e Chile).

Segundo muitos analistas internacionais, o governo de Rafael Correa, marcado politicamente pelo alinhamento com os governos voltados para a esquerda na região, deixou um importante legado para o Equador, uma vez que suas reformas econômicas possibilitaram um crescimento atrelado a considerável melhora nos índices sociais. O período também foi marcado pela estabilidade política, algo que praticamente inexistiu no Equador nos governos anteriores. A modernização do país deu-se em um processo no qual o Estado se projetou como principal ator e catalisador de investimentos.

Apesar disso, a imagem de Correa vem sofrendo um expressivo desgaste devido à crise econômica que atingiu o país, sobretudo pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional, assim como as denúncias de casos de corrupção e os resquícios de autoritarismo do seu governo.

As eleições no Equador podem representar o declínio de um ciclo econômico e político caracterizado pelo desenvolvimento, estabilidade e busca por integração regional em face da realidade geopolítica global, definida pelo protecionismo e pelo enfraquecimento da cooperação e do multilateralismo.

## ***Venezuela face à administração Trump***

Por *Adriana Escosteguy Medronho*

O diálogo estabelecido entre Executivo e Legislativo em dezembro de 2016, mediado pelo Vaticano e Unasul, foi abandonado pela oposição em janeiro a encargo das acusações do não cumprimento dos acordos por parte do Executivo. A batalha político-institucional que acresce à grave crise venezuelana toma, portanto, novas proporções. No dia 23 de janeiro, marco do fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1953-1958), marchas pró e anti-governistas tomaram as ruas de Caracas. Tratou-se da primeira marcha organizada pela oposição, Mesa de Unidade Democrática (MUD), desde a suspensão pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) do referendo revogatório contra Nicolás Maduro, em outubro.

A MUD, que reivindicava até então a antecipação das eleições presidenciais previstas para 2018, planeja pressionar a convocação, pelo CNE, das eleições municipais. Estas, constitucionalmente previstas para dezembro de 2016, não foram convocadas até então. A oposição, enfraquecida, atualiza a estratégia política com vistas a recuperar a coerência institucional, política e social do Legislativo, priorizando a defesa da convocação das eleições municipais – galvanizando apoio das municipalidades –, em detrimento do confronto direto entre Assembleia Nacional e Executivo.

Maduro respondeu, em janeiro, com a indicação de Tareck El Aissami, chavista radical, à vice-presidência. Interpretada como radicalização estratégica, a indicação foi vista internacionalmente como controversa frente à acusação, pelo Departamento do Tesouro estadunidense, do envolvimento de El Aissami na exportação de narcóticos entre Venezuela e EUA. Enquanto a administração Obama fora categórica no apoio diplomático ao diálogo entre Executivo e Legislativo, a administração Trump suscita dúvidas quanto à continuidade da política que, em fevereiro, impôs um conjunto de sanções ao vice-presidente. Suspensa do Mercosul, a Venezuela depara-se com a possibilidade da imposição de novas sanções e de um lobby internacional dos EUA com vistas à adoção de posições contundentes contra o governo na América do Sul. Ademais, as sanções impostas podem indicar um padrão de política externa que, se estendido ao Executivo e sua base aliada, impactarão severamente a economia e o apoio popular e militar de que ainda dispõe o governo frente às acusações de violações democráticas.

### **Donald Trump e a Força Nuclear estadunidense**

Por Jéssica Barreto

Em entrevista à agência Reuters, no dia 23 de fevereiro, o Presidente norte-americano Donald Trump afirmou que tem como objetivo garantir que o arsenal nuclear do país se sobressaia em relação aos demais que possuem ou estão buscando tal tecnologia. Além disso, classificou o Tratado “*New Start*” como uma falha da administração Obama, rotulando-o como uma forma de limitar a capacidade do Estado. O acordo com a Rússia, que entrou em vigor em fevereiro de 2011, busca conter o arsenal nuclear dos dois países, mantendo-os em situação de equilíbrio.

Esse instrumento determina que os Estados não podem possuir implantados mais do que 1.500 ogivas estratégicas e 700 Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM, sigla em inglês), Bombardeiros Estratégicos e Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos (SSBNs, sigla em inglês). Também prevê trocas semestrais de dados, inspeções e notificações e permite a modernização das forças nucleares estratégicas, o que está sendo realizado atualmente na Rússia e ocorrerá nos EUA em 10 anos.

Atualmente, os EUA contam com um estoque estimado de 4.480 ogivas nucleares, sendo a maior parte destinada para eventualidades técnicas ou geopolíticas. Ademais, aproximadamente 2.300 ogivas aposentadas estão intactas e armazenadas sob a custódia do Departamento de Energia. O país também está no caminho de uma modernização da tríade nuclear: ICBMs, Bombardeiros Estratégicos e SSBNs. O plano estima que o custo de manutenção e modernização da força nuclear durante a próxima década seja de US\$ 350 bilhões.

No pilar deste plano de modernização estão as versões modificadas das ogivas de mísseis balísticos, que serão ogivas interoperáveis. O desenvolvimento formal iniciaria em 2020, com a primeira entrega em 2030. Entretanto, essa mudança desafia o comprometimento feito no *US Nuclear Posture Review Report* de 2010, que afirmava que não desenvolveriam novas ogivas nucleares, mas considerariam opções de extensão de vida do programa. Esses novos mísseis teriam maior cobertura, permitindo aos EUA o alcance de alvos como China, Irã e Coreia do Norte. Entretanto, o fim do *New Start* poderia desencadear uma corrida armamentista nuclear com a indústria russa, que tem uma vantagem de 7 a 8 anos em relação aos EUA.

### **Pós Apartheid: África do Sul para sul africanos**

Por Vivian Mattos

Cerca de vinte anos após a transição democrática na África do Sul, que deu fim ao sistema que fragmentou a sociedade entre brancos e negros por quarenta e seis anos, o apartheid tem mostrado que, mesmo após um elogiado processo de reconciliação entre Estado e sociedade, resquícios de um modelo social tão longo e desigual permanecem na sociedade sul africana disfarçados de xenofobia. O boom econômico, advindo de investimentos externos com o fim da segregação em 1994, trouxe uma onda de esperança para a comunidade internacional em relação à África do Sul e para os demais países do continente africano. Entretanto, todo desenvolvimento econômico ficou internamente restrito a uma minoria branca e, ainda nos dias de hoje, grande parte da população negra vive na pobreza, destacando, assim, uma falha no processo de reconciliação.

Manifestações anti-imigrantes foram realizadas em fevereiro na capital Pretória, com intuito de pedir a deportação de imigrantes econômicos e refugiados africanos. Ademais, sul africanos têm atacado fisicamente comunidades estrangeiras de outros países africanos (nigerianos, somalis, moçambicanos, entre outros), alegando que estes são criminosos envolvidos com tráfico de drogas e prostituição. Situações semelhantes ocorreram em 2008, 2015 e ressurgem em 2017.

Atualmente, o país vivencia uma crise política e econômica que tem sido intensificada com os altos índices de desemprego (cerca de 30%). A onda de xenofobia deste ano tem ocorrido nos locais mais pobres da África do Sul, onde a população mais sofre com o desemprego e, ao mesmo tempo, enxerxa imigrantes e refugiados construindo microempresas e comércios em seu país. O passado segregacionista, as oportunidades econômicas para os demais africanos e o etnocentrismo disseminado por alguns líderes locais transmitem sentimentos xenofóbicos a uma sociedade ainda fragmentada.



Em suma, o tratamento interno que imigrantes e refugiados africanos vêm recebendo na África do Sul e a inatividade do governo Zuma para resolver a situação prejudicam a imagem do país com os demais Estados e instituições do sistema internacional. Além disso, põem em xeque a tentativa da África do Sul de ser a porta voz da África nos fóruns multilaterais, tendo em vista sua distância política e identitária dos demais países do continente.

## *África Subsaariana*

### ***Setor energético da Nigéria: síndrome petrolífera e perspectivas para a diversificação econômica***

Por João Victor Marques

Em relatório publicado neste ano pela *British Petroleum*, apontam-se mudanças em curso no setor energético global, entre elas: existência de abundantes reservas petrolíferas, intensa competição por investimentos e a descoberta de grandes reservas de gás na África nos últimos cinco anos, podendo elevar sua produção de 20 bilhões para 30 bilhões de pés cúbicos por dia até 2035. Segundo o relatório, a produção de petróleo africano atingiu seu apogeu em 2015, com 8,4 milhões de barris por dia, entretanto, estima-se um cenário futuro pessimista, devido às dificuldades vividas especialmente por Líbia e Nigéria.

No caso nigeriano, sabe-se que o país padece da síndrome petrolífera, ou seja, devido à baixa diversificação econômica, as receitas fiscais e as reservas estrangeiras são sensíveis à flutuação de preços do óleo no mercado internacional. Logo, com o ciclo de *commodities* em baixa desde 2014 e os recorrentes ataques por grupos extremistas contra a infraestrutura de óleo e gás do Delta do Níger, principal região produtora do país, a Nigéria chegou a perder sua liderança produtiva no continente para Angola em 2016. Contudo, recentes negociações do governo com militantes do Delta, aliado ao crescimento do preço do petróleo ao patamar de US\$ 50, permitiram a desaceleração da queda do PIB no último trimestre de 2016. Ao invés de uma recessão de 1,8% prevista pelo Fundo Monetário Internacional, a economia nigeriana decaiu 1,5% em 2016.

As ações federais para reverter tal quadro econômico têm sido, até então, desordenadas, o que obrigou Abuja a entregar um plano estratégico denominado *Economic Recovery and Growth Plan* (ERGP), uma exigência, aliás, de instituições como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento para que liberem empréstimos bilionários. Entre as prioridades do ERGP, há a aceleração de projetos industriais como o *Gas Revolution Industrial Park* (estimado em US\$ 20 bilhões, pretende ser um *hub* regional no Delta para a indústria de gás).

O ERGP pode estar fadado ao fracasso se não priorizar os investimentos sociais, já que o crescimento é apenas uma das condições necessárias ao desenvolvimento. Lidar com a denominada síndrome requereria a criação de um fundo capaz de diversificar investimentos e a despolitização das receitas petrolíferas – tarefa nada fácil em um país cerceado por graves mazelas sociais.

## *Europa*

### ***Putin visita a Hungria, seu principal aliado na Europa Central*** Por Daniel Kosinski

No início de fevereiro, o Presidente russo Vladimir Putin realizou uma visita ao Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán, repetindo encontros bilaterais anuais que vêm ocorrendo regularmente nos últimos anos. A visita do mandatário russo suscitou protestos em Budapeste, motivados pelo que os manifestantes percebem como sendo o aprendizado de “técnicas de governação anti-democrática” por Orbán, além de defenderem o afastamento da Rússia e o aprofundamento dos laços com a União Europeia, segundo informações do canal de televisão pan-europeu Euronews.

De acordo com relatos da imprensa portuguesa, durante o encontro, o presidente russo referiu-se à Hungria como “parceiro importante e fiável da Rússia na Europa”, e o dirigente húngaro teria aproveitado a ocasião para criticar a “forte atmosfera anti-russa” hoje vivida no Ocidente, salientando que “é difícil ver prosperidade econômica global sem a Rússia”. Eles firmaram, também, contratos bilionários para a construção de dois novos reatores nucleares na Hungria com tecnologia e financiamento russos, de quem os húngaros dependem profundamente para o seu abastecimento energético.

Já há algum tempo, o governo de Orbán vem tentando articular na União Europeia a suspensão das sanções comerciais impostas à Rússia em 2014 em função das suas atividades na Ucrânia e, em particular, devido à anexação da Crimeia. O governo húngaro reivindica perdas da ordem dos € 6 bilhões em

exportações em decorrência dessas sanções.

Por outro lado, desde o início de seu mandato, em maio de 2010, Orbán tem sido duramente criticado por diversas instâncias europeias devido às posições assumidas pelo seu governo em matérias como a reforma que buscava eliminar a “independência” do banco central húngaro e a que tentou reinstaurar a pena de morte no país. Nessas ocasiões, foram abertos processos contra o governo húngaro pelos órgãos europeus, que apontam para incompatibilidades entre as legislações húngara e da União Europeia. Em setembro de 2016, um ministro de Luxemburgo chegou a defender a expulsão da Hungria do bloco, devido às severas políticas anti-imigração adotadas por Orbán.

*Europa*

### ***Holanda: eleições e um futuro Nexit?***

Por *Thais Abygaëlle Dedeo*

Caracterizada paradoxalmente como “pequena potência média”, a Holanda é a sexta maior potência econômica da Europa, possui o porto de maior movimentação de contêineres do continente (Roterdã), portanto, exerce um relativo poder de influência sobre os demais países e, ao mesmo tempo, é pequena o suficiente para ter grande interesse em fazer parte de um sistema político e econômico de regras e acordos. O país é um dos membros fundadores da União Europeia (UE), porém, nos últimos anos, tem registrado um aumento considerável de movimentos anti-imigração e eurocéticos.

As eleições legislativas na Holanda estão previstas para ocorrer em 15 de março e a maioria das sondagens aponta para vitória da extrema-direita (PVV) de Geert Wilders, defensor da “desislamização” do país, isto é, do fim definitivo da imigração muçulmana, do fechamento de mesquitas e da saída da Holanda da UE. Por mais que as pesquisas apontem a conquista inédita do PVV, tornando-se o partido majoritário, dificilmente Wilders se tornará primeiro-ministro, já que a maioria dos partidos é europeísta, o que problematiza a formação de uma coalizão. Além do que, o país é fortemente dependente do comércio exterior (65% do PIB), com grande participação do comércio com os países da própria UE - somente a Alemanha é responsável por 25% das exportações holandesas.

A ascensão da extrema-direita pode ser relacionada ao aumento da imigração nos últimos anos, ao temor pela perda de postos de trabalho e da própria identidade nacional. Já o euroceticismo está mais ligado à relativa diminuição da influência do país com o aumento dos países membros, além da alta burocracia e da falta de fiscalização contábil nos demais países da Zona do Euro, que contribuiu fortemente para crise econômica do continente. A vitória da extrema-direita na Holanda pode vir a influenciar outras duas importantes eleições previstas para este ano na Europa - a da França, em abril, e da Alemanha, em setembro. O futuro da União Europeia pode começar a ser decidido no próximo dia 15.

*Europa*

### ***54ª Conferência de Segurança de Munique***

Por *Dominique Marques*

Tradição anual desde 1963 como espaço para discussão de assuntos de segurança internacional, a Conferência de Segurança deste ano foi realizada entre os dias 17 e 19 de fevereiro em Munique, Alemanha. O presidente da Conferência, Wolfgang Ischinger, anunciou que “infelizmente existem muito mais questões abertas atualmente do que há poucos anos atrás”. Questões como a presidência de Donald Trump nos Estados Unidos, a saída do Reino Unido (Brexit) da União Europeia (UE) e o euroceticismo molduram um momento crítico.

Donald Trump, que escolheu não participar da Conferência, enviou seu vice, Mike Pence, o qual realizou uma reunião com a Chanceler alemã Angela Merkel. As relações entre os EUA e a UE andam nebulosas desde que Trump assumiu a presidência, especialmente com a Alemanha – o presidente estadunidense critica a política alemã de portas abertas para imigrantes refugiados. Diante disso, o novo Secretário de Defesa norte-americano James Mattis declarou que “os EUA não podem se importar mais com o futuro das crianças da UE do que ela mesma” em uma alusão de que os países europeus devem fazer mais por sua própria defesa. Em reunião com Merkel e com o Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, Pence declarou que os EUA manterão seus planos junto à OTAN, mas espera que os aliados façam sua parte aumentando os investimentos em defesa até atingir 2% de seus PIBs, como previsto (a Alemanha, em 2015, gastou apenas 1,2% de seu PIB com Defesa).

Desde o plebiscito do Brexit, em julho de 2016, o temor pela dissolução da UE é grande, ainda mais com a proximidade das eleições na Holanda (março), França (abril/maio) e Alemanha (setembro), em que, nos dois primeiros, há grandes chances de vitória de partidos favoráveis à saída do bloco. Embora a OTAN não dependa diretamente da UE, para continuar a existir, a dissolução desta pode trazer de volta um ambiente de forte competição interna no continente, na contramão de qualquer aliança militar. O mundo vive sua fase mais instável desde a Segunda Guerra Mundial e a última Conferência de Munique tratou claramente de várias dessas instabilidades.

## Oriente Médio e Norte da África

### ***Egito e Arábia Saudita: o petróleo como recurso de poder***

Por André Nunes

Em outubro de 2016, a Arábia Saudita anunciou um embargo de petróleo sobre o Egito por tempo indefinido. O movimento de Riad foi considerado uma reprimenda pelo fato de o país africano, como membro rotativo no Conselho de Segurança da ONU, ter demonstrado apoio ao projeto de resolução da Rússia para cessar-fogo na Síria.

O Egito é o maior consumidor de petróleo da África, respondendo por cerca de 21% do total consumido pelo continente em 2015. A Arábia Saudita, por sua vez, tem sido o principal parceiro econômico e fornecedor de petróleo para o país desde a queda do Presidente Hosni Mubarak em fevereiro de 2011.

Em abril de 2016, o Rei Salman visitou o Cairo e chegou a anunciar grandes investimentos no Egito para os setores de infraestrutura e energia. Durante a visita, a *Saudi Aramco* e a *Egyptian General Petroleum Corporation* firmaram um acordo no qual os sauditas comprometiam-se em fornecer 700 mil toneladas de produtos petrolíferos por mês para o Egito até 2021 pelo custo total de US\$ 23 bilhões, que deveriam ser pagos em até 15 anos. Por esse motivo, o corte de exportações significou a suspensão de um acordo bilateral



Foto: Oil Price

que contribuiria em larga escala para a segurança energética egípcia. Em 2009, o Egito alcançou seu pico produtivo, entretanto, a partir do ano seguinte, a demanda por petróleo superou o volume interno de produção. Dessa forma, o embargo saudita levou o governo de Abdel Fattah al-Sisi a se movimentar rapidamente a fim de ampliar parcerias com outros países da região, como o Kuwait, o Iraque e o Azerbaijão, mesmo que com um custo estimado mais elevado. Arábia Saudita e Egito são reconhecidos como as mais importantes potências do mundo árabe, e a decisão de Riad em cortar suprimentos de petróleo para o Egito pode ser interpretada como parte da estratégia saudita em utilizar o mineral como instrumento de poder a fim de reforçar sua liderança na região.

## Rússia e ex-URSS

### ***Artsakh, a mais nova República do Mundo***

Por José Gabriel Melo

No dia 20 de fevereiro, a República de Nagorno-Karabakh, até então um enclave armênio em território azeri, realizou um referendo que teve como um dos objetivos estabelecer um novo país na região. Resultado das hostilidades de abril de 2016, o referendo obteve a participação de cerca de 75% da população votante indo às urnas, sendo que cerca de 87% foram favoráveis à criação da República de Artsakh. No entanto, o referendo não obteve apoio da comunidade internacional – de acordo com o Grupo de Minsk, o referendo não muda o status da região.

A última tentativa de independência da região de Nagorno-Karabakh foi em 1991. Após o colapso do bloco soviético, o Sul do Cáucaso passou por um processo de instabilidade econômica, que levou a um aumento das tensões, culminando na disputa armada, resultando em mais de 30 mil mortos. O cessar-fogo foi estabelecido após a assinatura do Protocolo de Bischeque, em 1994, pelos integrantes do Grupo de Minsk. A disputa pelo território no Sul do Cáucaso tornou-se foco de preocupação, pois é um importante entreposto para os oleodutos que abastecem a Europa, tornando um conflito de larga escala entre Armênia e Azerbaijão, indesejável para a estabilidade energética europeia.



A Rússia, sob o espectro do Grupo de Minsk, desempenha um importante papel no conflito. Apesar de possuir fortes laços com os armênios, tanto em aspectos culturais quanto político-econômicos, Moscou desfruta de uma influência considerável na balança comercial do Azerbaijão – é o segundo maior parceiro no que diz respeito às importações (US\$ 2,8 bilhões). A disputa na região não é recente e demanda uma solução que esteja de acordo com o direito internacional. Desse modo, resta ao Kremlin, junto a outros membros do Grupo de Minsk – com destaque à França e aos Estados Unidos -, o papel de mediador, a fim de evitar o escalonamento do conflito, além de buscar o estabelecimento de um acordo de cessar-fogo definitivo.

## Sul da Ásia

### ***Paquistão: Exercício Naval Multinacional e os propósitos geopolíticos***

Por Rebeca Leite

De 10 a 14 de fevereiro foi concluído na cidade portuária de Karachi, no Mar Árábico, o AMAN-17, Exercício Naval Multinacional que reuniu as Marinhas de 37 países, incluindo Rússia, China, Reino Unido, EUA e Japão. O exercício é o quinto de uma série que vem sendo praticada desde 2007 pelo governo paquistanês. Além das atividades navais, durante o AMAN-17 também ocorreu a VI Conferência Marítima Internacional, em que foram realizadas diversas discussões e seminários acerca de segurança marítima, combate à pirataria, narcotráfico e terrorismo marítimo.

Os impactos do AMAN-17 para a região do Sul da Ásia podem ser analisados sob dois aspectos. Por um lado, o evento acontece em tempo oportuno, quando o *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC) e o Porto de Gwadar, no Paquistão, entraram em operação, como exposto no Boletim 44. Dessa forma, o exercício naval assume um caráter preparatório para reforçar a Marinha paquistanesa, de modo que seja capaz de propiciar um ambiente seguro para o fluxo do comércio marítimo e proteger os investimentos em infraestrutura feitos em Gwadar.

Por outro lado, tais acontecimentos estão à sombra das tensões não resolvidas entre Paquistão e Índia e a nuclearização de ambas as partes – com destaque para o teste indiano do Missil Balístico Intercontinental (ICBM, em inglês), Agni-V, tratado no Boletim 47 –, acirrando as animosidades na região mais ampla do Oceano Índico. Sendo assim, conclui-se que, a longo prazo, esses aspectos relacionam-se à busca do Paquistão de ter capacidade e segurança suficiente para negação de acesso e área aos seus rivais, como a Índia, no ambiente marítimo.

## Leste Asiático

### ***Estado Islâmico faz sua primeira ameaça à China***

Por Giuliana Anveres

O grupo terrorista Estado Islâmico (EI) fez um anúncio, no dia 27 de fevereiro, por intermédio de redes sociais, ameaçando atacar a China. Tal feito é inédito, pois nunca antes haviam voltado suas ameaças ao país. A China não possui uma atuação marcante no Oriente Médio, que é o elemento em comum entre os países que o EI ameaça – o que leva à questão do porquê.

A China é composta por diversas etnias, devido à sua grandeza territorial e densa população. Dentre estas, uma minoria, os Uigurs, povo turcomeno habitante da província autônoma de Xinjiang, são praticantes da religião muçulmana. O governo chinês tem combatido os ideais separatistas dos Uigurs, que procuram retaliar com ataques terroristas de pequena escala e pouca coordenação. O autoproclamado Califado, então, ameaçou a China, em vídeo, de que “fariam correr rios de sangue e vingariam os oprimidos”.

O governo de Xinjiang, a província na qual a etnia compõe 45% da população, tem mostrado uma posição intolerante aos costumes desse povo desde 2013. Em 2014, o governo proibiu que seus servidores de religião muçulmana se abstivessem no mês do Ramadã. No mesmo ano, um líder religioso foi detido por espalhar ideais de separatismo. Em 2016, houve um endurecimento da parte do governo para com os Uigurs: mesquitas foram proibidas de chamar os fiéis para oração, menores de 18 anos proibidos de frequentá-las e a cultura e língua Uigur têm sido sistematicamente ignoradas por Pequim. Essa posição do governo chinês pode ter aproximado a juventude dessa etnia à causa do Estado Islâmico, em busca de apoio. Entretanto, a Guerra Civil na Síria vem levando o Estado Islâmico a perder força, território e financiamento.

Ao considerar que a China é a terceira maior potência militar do planeta, não parece ser razoável que o EI deseje atrair os chineses contra si, apenas para defender a causa Uigur. Mesmo tendo sido muito mais uma peça de propaganda da causa do EI, o vídeo ajuda a lembrar à Comunidade Internacional o quão complexa é a unidade chinesa. Xinjiang, Taiwan e Tibet exemplificam perfeitamente isso.

## Leste Asiático

### ***Vulnerabilidades e riscos da política doméstica do Governo Abe***

Por Vinicius Reis

O LDP (Partido Democrata Liberal) decidiu, no último dia 5 de março, ampliar o mandato presidencial de 6 para 9 anos, abrindo assim a possibilidade de Shinzo Abe ser escolhido pela 3ª vez como primeiro-ministro, teoricamente mantendo-se no cargo até 2021. Porém, mesmo possuindo amplo apoio dentro da coalizão LDP-Komeito, na forma de maioria nas duas casas da Dieta (Parlamento), e um alto grau de respaldo pela população, dois temas continuam sendo tratados como “tabu” em seu governo, devido a valores inerentes ao tecido social japonês e renegados frente a questões mais sensíveis de política externa e segurança nacional: a reativação das usinas nucleares e adoção de políticas migratórias.

O medo que a população nutre pela energia nuclear e pela presença de imigrantes tem feito com que o LDP se distancie de tais discussões, evitando uma impopularidade que poderia ser explorada pela oposição. O atual projeto de revitalização econômica tem cometido o erro de desconsiderar, a médio e longo prazo, a importância da adoção de medidas práticas no combate a uma perigosa taxa de natalidade (1,5) e, por consequência, problemas como a perda da força de trabalho, além de uma matriz energética desestruturada - o Japão importa 90% da energia que consome.

Após o desastre de Fukushima, em 2011, o número de reatores em estado operacional passou de 54 para 42, sendo que apenas 3 encontram-se em uso, o que levou o país a se tornar o maior importador de gás liquefeito natural do mundo, para abastecer sua demanda interna. A maioria no Parlamento dá à administração Abe um amplo espaço de manobra em relação a temas polêmicos, como a reinterpretção da Constituição e remilitarização do país, deixando claro que, para a adoção de políticas energéticas e migratórias eficazes, falta apenas “vontade” política. Com a manutenção deste contexto, as futuras gerações japonesas pagarão um alto preço por problemas que poderiam ter sido mitigados caso o atual governo não tivesse optado pela “inação”.

## Sudeste Asiático e Oceania

### ***Estratégia chinesa no Mar do Sul da China: ocupação por civis***

Por Vinicius Costa

No tocante às tensões no Mar do Sul da China e da subsequente estratégia marítima que a República Popular da China (RPC) vem empregando para garantir seus interesses neste espaço marítimo, a presença de instalações militares, a construção de ilhas artificiais e a intensificação das patrulhas navais são os mais notórios meios. Mas não são os únicos.

No dia 8 de janeiro, sob apoio da *National Development and Reform Commission* (NDRC) e do *Ministry of Industry and Information Technology*, foi anunciado um acordo entre as Forças Armadas e diversas empresas chinesas, com o propósito de estimular a capacidade industrial e militar da RPC de forma vantajosa para as partes, na cidade de Sansha, subordinada à Província de Hainan. Tal unidade territorial em 2012 foi elevada ao nível de cidade-província, possuindo jurisdição sobre os arquipélagos Paracels, Spratlys e demais ilhas do Mar do Sul da China. Inclusive, a sede do governo de Sansha localiza-se na ilha Yongxing (*Woody*), parte do arquipélago das Paracels. O local concentra a maior parte das capacidades militares da RPC na região e é reivindicada pelo Vietnã.

Dentre alguns dos objetivos do acordo, há o desenvolvimento de uma forte indústria de turismo a fim de atrair a migração de chineses para o arquipélago. O estímulo a viagens de cruzeiro, a liberação de aeroportos exclusivamente militares para voos comerciais e a criação de residências fixas com toda infraestrutura, além



Foto: The Diplomat



de incentivos fiscais, são medidas já em curso, mas agora estando inseridos em uma estrutura política e econômica muito maior. Todas essas ações estão inseridas em um arcabouço político e econômico-financeiro sem precedentes. Nesse sentido, Sansha vem sendo preparada para ser um dos *hubs* da “*China’s Maritime Silk Road*.”

A ocupação civil dos referidos arquipélagos, que também serve como um “escudo civil” contra possíveis operações militares norte-americanas, caminha para consolidar a presença chinesa no Mar do Sul da China, sendo elemento central de sua estratégia marítima, mudando o balanceamento regional de poder.

## Antártica

### ***Turquia prestes a construir sua primeira base na Antártica***

Por *Gabriele Hernandez*

Cientistas turcos anunciaram, no dia 20 de fevereiro, o início de uma expedição ao continente antártico para a instalação de sua primeira base nacional no Sexto Continente. A Turquia é signatária do Tratado Antártico desde 1996 e, até o momento, seu status é de membro não-consultivo, ou seja, não faz parte do grupo de países que podem participar dos processos decisórios no continente – atualmente, apenas 29 países são membros consultivos com direito a voto. Tal condição está prestes a mudar com a visita de nove cientistas para iniciar os estudos que direcionarão a construção da primeira estação antártica turca.

Em 2015, foi criado o Centro de Estudos Polares da Universidade Técnica de Istambul, com a finalidade de estudar eventos climáticos ligados tanto às regiões do Ártico quanto da Antártica e, no período de 2015/16, ocorreu a primeira expedição ao continente, em parceria com a Ucrânia, visitando a Estação Antártica Vernadsky e áreas próximas. Tal expedição pode indicar que a nova base se localize próximo à Península Antártica, região com já considerável número de bases e atividades científicas, maior alvo de reclames territoriais, além de grande proximidade com a estratégica Passagem de Drake.

A Turquia vem aumentando os índices de pesquisa científica nos últimos anos, já sendo o 20º que mais produz artigos científicos no mundo, coerente com o papel de maior protagonismo que o Presidente Erdogan pretende para a Turquia no sistema internacional. A presença turca na Antártica só vem a reforçar a importância geopolítica daquele continente e a estratégia de seu presidente.

## Temas Especiais

### ***A Estratégia Internacional chinesa para Cooperação no Ciberespaço***

Por *Louise Marie Hurel*

A visão de um ciberespaço livre do poder de Estados e de grandes empresas já não é um ideal factível. A questão que deve ser posta é: como compreender as relações entre diferentes atores na constante (re)estruturação de normas para o ciberespaço? Tendo isso em mente, grande parte das discussões sobre o ciberespaço tem se direcionado para um debate que combina governança e segurança na tentativa de compreender “o que” e “como” em seu desenvolvimento enquanto um campo político-estratégico que reúne contextos, dinamicidade e fronteiras difusas.

É dentro desse cenário de busca por normas e silos de governança que podemos compreender o papel da China. O mais recente lançamento da Estratégia Internacional para Cooperação no Ciberespaço (01/03) reforça paz, soberania, governança e benefícios compartilhados como princípios norteadores do posicionamento e estratégia chinesa em *cyberpolitics*. A estratégia consolida as narrativas e ações chinesas (prévias) no âmbito da governança da Internet – na defesa pelo multilateralismo ao invés do multissetorialismo, por exemplo – e cibersegurança tanto em termos de política doméstica quanto política internacional. O documento reafirma que os Estados devem respeitar a escolha de um modelo de desenvolvimento e regulação do ciberespaço, bem como de regulação da Internet.

Vale ressaltar que tais acontecimentos não se deram no vácuo, mas em um contexto internacional no qual se tem identificado uma demanda crescente para normas que prescrevam boas e más ações no ciberespaço. Isso pode ser ilustrado por meio do discurso do CEO da Microsoft Brad Smith, que afirmou ser necessário elaborar uma “Convenção de Genebra para o ciberespaço” para proteger empresas privadas e civis dos possíveis percalços de uma “ciberguerra”. Em meio a uma multiplicidade de iniciativas e perspectivas, esses esforços são complementados pelo trabalho do Grupo de Experts Governamentais (UNGGE, sigla em inglês) da ONU e, mais recentemente, pelo lançamento do Manual Tallinn 2.0 sobre a aplicabilidade do Direito Internacional em operações cibernéticas.

## *Artigos selecionados e notícias de Defesa*

- CARNEGIE ENDOWEMENT - 28/02/2017  
**Checking China's Maritime Push** - *By: Michael Swaine*
- BBC - 02/03/2017  
**Sweden brings back military conscription amid Baltic tensions**
- GEOPOLITICAL FEATURES - 07/03/2017  
**Letter from Genoa** - *By: Jacob L. Shapiro*
- THE DIPLOMAT - 07/03/2017  
**China's 2017 Work Report: Changes on Hong Kong, Taiwan, and the Global Order** - *By: Han Ze*
- RUSSIAN COUNCIL - 28/02/2017  
**Advance or Contain? How to Respond to the Escalation in Donbass** - *By: Ivan Timofeev*
- PROJECT SYNDICATE - 02/03/2017  
**The Geopolitics of Environmental Challenges** - *By: Giulio Boccaletti*
- DEFENSE ONE - 07/03/2017  
**Calm Down About North Korea's Nukes** - *By: John Glaser*
- U.S. NAVAL INSTITUTE 07/03/2017  
**Decoding China's Maritime** - *By: Captain Sukjoon Yoon*
- DEFENSE NEWS - 07/03/2017  
**Britain beefs up defenses in the Falkland Islands** - *By: Andrew Chuter*
- ZEE NEWS - 02/03/2017  
**India achieves another milestone, successfully test fires anti-ship missile from indigenously-built Kalvari class submarines**

[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

*Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:*

*<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>*

*Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.*